



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÁREA REQUISITANTE
Departamentos Requisitantes: Superintendência
Responsável(is) pela demanda: Ivan Gabriel Coutinho
IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO
Nome do Projeto: Contratação de Gestão de Clube de Benefícios e de Vantagens.
Objeto: A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada em Gestão de Clube de Benefícios e de Vantagens oferecidos a profissionais, empresas e empregados do Crea-SC, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.
INTRODUÇÃO
Aplicar-se-á no presente Estudo o disposto na Portaria Crea-SC 233/2023 de 20 de dezembro de 2023, que trata da implantação do Regulamento de Licitações do Crea-SC, em especial no item do 3 artigo 15, sessão destinada aos requisitos do Estudo Técnico Preliminar Simplificado.
1. Especificações, Estimativas e Quantidades de bens/serviços a serem contratados
1.1. Propõe-se a contratação de Plataforma mobile e/ou web para o clube de benefícios e vantagens do Crea-SC podendo ser personalizada de acordo com os interesses do Conselho e ainda 60 meses de gestão e intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC.
2. Prazo de Vigência da Contratação
2.1. O serviço terá a duração de 12 (doze) meses. Nos termos do item 11, do art. 15 do Regulamento de Licitações do Crea-SC (Portaria 233/2023), a contratação não apresenta elementos que indiquem que essa contratação trará qualquer tipo de prejuízo à Administração. O objeto trata de plataforma web com baixo valor financeiro (a ser verificado no item do presente ETP), com possibilidade de descontinuidade, caso se mostre do interesse da administração, sem maiores transtornos.
3. Outra Possível Solução
3.1. Há outra alternativa de compra/serviços? (X) Não, conforme justificativas. () Sim
3.2. Se SIM, DESCREVER o CENÁRIO 02:
3.3. Se SIM, JUSTIFICAR porque optou pelo CENÁRIO 01:
4. Justificativas e descrição da necessidade da contratação/aquisição de bens ou serviços
4.1 Desde já, é necessário enfatizar que a implantação de um clube de benefícios que disponibilize vantagens e descontos aos profissionais registrados em Conselhos de Fiscalização Profissional já foi objeto de exame pelo Tribunal de Contas da União, o qual, conforme acentua o acórdão nº 2609/2019-TCU-Plenário concluiu pela sua regularidade enquanto ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do ente ou constitui ilegalidade. Nesse sentido, vale transcrever parte do referido julgado:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ACÓRDÃO Nº 2609/2019 - TCU – Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possível ilegalidade ocorrida no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG), relacionada ao Clube de Benefícios ofertados aos profissionais regularmente inscritos; Considerando o relato de que o CRMV/MG, sob a denominação de Clube de Benefícios, oferta serviços de assistência médico-hospitalar (planos de saúde), seguros de responsabilidade civil, entre outros, mediante contratos de parceria ou convênio, fora das atribuições legais dos Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas, que violam o princípio da legalidade e interferem na organização sindical; Considerando que o denunciante requer que o Tribunal determine que o CRMV/MG se abstenha de firmar convênios e parcerias fora dos parâmetros e das finalidades dispostas em lei; bem como que descredencie e revogue todos os atos relacionados ao Clube de Benefícios, informando às empresas fornecedoras que a entidade competente para firmar tais convênios/parceria é o sindicato; Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis; Considerando que o exame sumário dos benefícios oferecidos (Plano de Saúde Unimed-BH com a operadora Aliança, Seguro de Responsabilidade Civil com a Unimed RCP Individual e Plano de Previdência Privada com o BrasilPrev do Banco do Brasil) não revelou, em princípio, ilegalidade; Considerando que, conforme exposto pela SecexTrabalho, pesquisas na jurisprudência do TCU não demonstraram ser prática ilegal a oferta desses tipos de benefícios a profissionais inscritos em conselho; Considerando que diversos conselhos de regulamentação profissional oferecem semelhante clube de benefícios/serviços/vantagens a seus profissionais registrados, como maneira de valorizar os inscritos; Considerando que os mesmos serviços também podem ser oferecidos pelos sindicatos e associações de profissionais, cabendo a essas entidades a negociação sobre as vantagens a serem ofertadas aos profissionais; Considerando a conclusão da unidade técnica de que não há normativo que proíba ou autorize o CRMV/MG a oferecer o Clube de Benefícios a seus profissionais devidamente inscritos, caracterizando, portanto, ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do Conselho; Considerando que a denúncia não relata qualquer irregularidade na concessão dos benefícios pelo CRMV/MG, mas se insurge contra a mera disponibilização dos serviços; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em: a) conhecer da presente denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente; b) dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta (peça 6), ao denunciante e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG); c) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos, inclusive no que se refere à presente deliberação; e d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida.

4.2 Conforme apresentado acima, a Corte de Contas da União não verifica qualquer indício de irregularidade na disponibilização destes serviços aos profissionais inscritos, ao revés, apresenta-se como ato de gestão discricionário e medida de valorização de sua categoria.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4.3 Não bastasse a justificativa acima, é necessário enfatizar que o presente clube de benefícios pretende igualmente funcionar como política pública de combate ao inadimplemento e a “fuga” de receitas deste Conselho.

4.4 Ainda que apresente baixos índices de inadimplência é de suma importância a inovação em políticas de controle da qualidade do recebível do Crea-SC, visto que cada vez mais os serviços prestados pelo Conselho se tornam mais relevantes a sociedade em geral e a manutenção de uma fiscalização de qualidade depende da boa saúde financeira da entidade.

4.5 Posto isto, a implementação do Clube de Vantagens através de uma plataforma segura, ágil, de fácil operacionalização e visualização almeja conscientizar e disseminar junto ao público alvo do Crea-SC uma espécie de “contraprestação” institucional da Administração àqueles que estiverem quites com suas obrigações legais.

4.6 Almeja-se, portanto, que seja formado e disponibilizado um conglomerado de bens e serviços comuns de mercado, com capilaridade em diversos seguimentos (vestuário; alimentação; viagens; cultura; educação; bens de consumo; etc.) como medida de fomento à regularização fiscal.

4.7 Ante o exposto, trata-se de política pública que pretende, ao mesmo tempo, valorizar as categorias profissionais sob a égide do Sistema Confea/Crea e incentivar a regularização fiscal dos inadimplentes.

5. Objetivos Estratégicos relacionados com a Contratação/Aquisição

- Consolidação de um sistema de gestão eficiente, não apenas no que diz respeito às atividades básicas de registro e fiscalização, mas também fornecendo uma contrapartida institucional à comunidade profissional.
- Fomento à novas tecnologias, também em harmonia com a política de inovação do Crea-SC, ao buscar novas ferramentas que ao mesmo tempo auxiliem no controle da adimplência do Crea-SC e forneçam contrapartidas institucionais aos profissionais legalmente habilitados.
- Promover o bem-estar das pessoas no ambiente de trabalho através de uma cultura de valorização humana;
- Fomentar a gestão do conhecimento e a integração entre os profissionais, conselheiros, inspetores regionais e colaboradores.

6. Produtos relacionados com a Contratação/Aquisição:

Não se aplica.

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

7.1 Disponibilizar uma plataforma mobile e/ou web para o clube de benefícios e vantagens do Crea-SC devendo ser personalizada de acordo com os interesses do Conselho.

7.1.1 Customizar um layout, contendo a logomarca e as paletas de cores do Crea-SC nos botões e destaques de descontos.

7.1.2 Disponibilização de plataforma com integração aos aplicativos, plataformas e demais ambientes proprietários do CREA- SC;

7.1.3 Possuir compatibilidade com os principais navegadores/sistemas operacionais atualmente utilizados no mercado: Mozilla Firefox, Safari, Google Chrome, Microsoft Edge, iOS e Android.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.1.4 Possibilitar o acesso por meio de dispositivos móveis (tablet, smartphone);

7.1.5 Possuir disponibilidade 24 horas por dia e 7 dias por semana;

7.2 Ser responsável pela intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC.

7.2.1 Dispor de um profissional para realizar contato com os novos estabelecimentos, inclusive os sugeridos pelo Crea-SC prestando esclarecimentos sobre a plataforma, fomentando promoções sazonais e auxiliando na coordenação de eventos em locais físicos e em ações offline.

7.2.2 Manter pelo menos 3.000 marcas cadastradas que ofereçam desconto ou cashback;

7.2.3 Operacionalizar o oferecimento de descontos e vantagens pelas pessoas jurídicas indicadas pelo Conselho.

7.2.4 Ofertar produtos ou serviços aos usuários advindos do Conselho que estarão sujeitos à eventual conferência, confirmação ou revisão por parte do Crea-SC

7.3 O Crea-SC permitirá o acesso de pessoas à plataforma da contratada e suas funcionalidades exclusivamente pelas aplicações do Conselho e somente após a ciência do próprio usuário que se interessar em acessá-la.

7.3.1 Providenciar e ser responsável por todas as integrações necessárias para o acesso à sua plataforma a partir das aplicações do Crea-SC.

7.4 Implementar ferramenta do tipo "wallet digital" que permitirá aos usuários aptos cadastrarem o seu cartão de crédito para realizar transações financeiras, transformando descontos em cashback, que poderá ser utilizado como crédito para novas compras, transferências e saques.

7.4.1 Disponibilizar um painel de dados com extrato que demonstre o valor do cashback acumulado por cada usuário que se vinculou ao Clube, bem como dados precisos sobre consumo e comportamento.

7.5 Garantir o apoio de um profissional para realizar toda a interface nas áreas designadas pelo Crea-SC, realizando reuniões iniciais de apresentação e treinamento para os funcionários designados pelo Conselho, recepção de demandas de ajuste e melhoria do projeto, sempre com o objetivo de aumentar a adesão e a satisfação dos usuários.

7.6 Alinhar possíveis ações promocionais, peças publicitárias personalizadas e planos de ação com a área de Comunicação do Crea-SC.

7.7 Respeitar e fazer respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018; não podendo ter acesso a qualquer informação que não seja consentida pelo usuário.

7.7.1 Para reforçar informações acerca do uso de dados que a contratada utiliza, o acesso à plataforma de descontos e vantagens exige o aceite do Termo de Condições de Uso de Dados e da Política de Privacidade e Proteção de Dados, ambos disponíveis para acesso a qualquer momento em que o usuário entender necessário consultá-la dentro da plataforma.

7.7.2 Poderá ensejar o acesso ou armazenamento de informações dos usuários aptos a acessar o Clube de Descontos junto à contratada objetivando a operacionalização dos descontos e benefícios, portanto, a contratada providenciará a prévia autorização dos usuários antes de possibilitar o cadastramento destes à plataforma.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.7.3 Todos os dados de usuários da plataforma relativos ao objeto da contratação são armazenados nos servidores da contratada e devem ser protegidos conforme as mais recentes políticas de segurança que pretendem garantir, da maneira mais razoável possível, o resguardo e integridade de todas as informações sob tutela da contratada, inclusive de informações pessoais. A atenção aos temas de análise de riscos e gestão de incidentes, são pautados pela Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13.709/2018) que prevê que autoridade nacional e afetados por eventuais vazamentos, por exemplo, sejam comunicados sobre o fato; assim, o processo de resposta a incidentes de segurança de informação dever ser realizado pela contratada.

7.8 Em contraprestação ao acesso dos usuários aptos à plataforma de vantagens e benefícios, personalizada ou não, será devido o pagamento de acordo com o número limite de usuários cadastrados na plataforma, neste caso, estimado pelo Crea-SC em até 20.000 (vinte mil) usuários por mês.

7.9 Oferecer ou participar de eventos a partir de seus recursos próprios, para disseminar os produtos e serviços que serão oferecidos aos profissionais registrados no Crea -SC, previstos nesta contratação.

7.10 Apresentar relatórios e/ou dashboards web com a quantidade de profissionais registrados que aderiram ao clube, quantidade de cashback e demais indicadores pertinentes ao projeto em questão.

7.11 Desenvolver relatórios que não estejam contemplados no dashboard web e que sejam de interesse do CREA-SC.

8. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução

8.1. Em estudo realizado, verificou-se a indisponibilidade de solução de tecnologia da informação similar fornecida por órgão da Administração Pública.

8.2.O meio mais conhecido de fechamento deste tipo e parcerias é o Edital de Credenciamento. Neste caso, é aberto credenciamento por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens em que, preenchendo os requisitos necessários previstos em edital. As parcerias fechadas ficam disponíveis nos sites dos órgãos, com pouco acesso e visibilidade. Porém, o processo de seleção é demorado e restrito, mesmo com ampla divulgação por parte do órgão, tanto para a elaboração do edital como para a análise das propostas apresentadas pelos candidatos.

8.3. Além disso, neste tipo de solução existe a necessidade de destaque de empregados para acompanhamento integral do processo, e na continuidade com o acompanhamento do cumprimento de cada um dos benefícios ofertados, o que passa a ganhar maior ou menor dimensão, dependendo da quantidade de empresas interessadas no credenciamento. Também por meio desta solução não é possível garantir a participação efetiva de empresas consolidadas no mercado, nem menos o raio de abrangência ou cobertura das ofertas, tornando a hipótese limitada e inviável.

8.4. Outra opção, seria o desenvolvimento próprio de uma solução, porém o CREA-SC não possui área tecnológica ou pessoal para o desenvolvimento próprio de uma solução como esta, com os conhecimentos e requisitos necessários para desempenho desta atividade, não podendo garantir o correto armazenamento e manipulação das informações e da solução como um todo.

8.5. Desta forma, é evidente que a solução mais utilizada por muitas instituições é a contratação de empresas especializadas para a elaboração, implantação, manutenção da ferramenta.

8.6. Contratação de solução SaaS: com a velocidade e das plataformas digitais mobile, muitos aplicativos de clube de benefícios começaram a se popularizar. Um dos fatores primordiais que levaram a essa adesão abrupta é a facilidade de uso e implementação, permitindo leigos e demais usuários terem acesso com facilidade e agilidade. Outro fato observado, é o de que tais alternativas não requerem acompanhamento dedicado diariamente pela contratante, já que as empresas que ofertam este tipo de serviço, possuem uma base de dados já consolidada e garantem atualização dos benefícios e ofertas de forma automática. Uma vantagem desse tipo

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

de solução, é que a base de ofertas e benefícios se estende por todo o território nacional, com lojas físicas e digitais, o que garante que o benefício será amplamente concedido aos usuários finais.

8.7. Buscamos alternativas no mercado. O que evidenciou uma grande quantidade de empresas privadas que fornecem este tipo de serviço.

8.8. Em geral, a prestação de serviços se dá de forma equivalente entre as empresas. O órgão contrata por meio de Pregão Eletrônico e a empresa fornece a solução de forma personalizada. Além da disponibilidade de benefícios próprios, a solução permite a inclusão de benefícios específicos do órgão.

8.9. Desta forma, a contratação de empresa que disponibilize uma solução SaaS é totalmente viável para a necessidade do CREA-SC.

8.10. Dentre as soluções encontradas ainda existe a possibilidade de personalização da plataforma, desenvolvimento de integração, clubes personalizados por temas ou clusters, estratégias especiais de comunicação, vouchers para campanhas de incentivo, prospecção de parcerias dedicadas, carteirinha virtual, emissão de voucher para apresentação em estabelecimentos físicos, parceiros por nome e data, habilitação e bloqueio de usuário, busca inteligente, atendimento de todos os requisitos da LGPD.

8.11. Conforme visto em outros ETPs de Conselhos que contrataram a solução, as necessidades acima descritas em que a assinatura de apenas um mês não atende à necessidade do CREA-SC, já que o uso da solução se dará de forma continuada e não pontual, tornando a contratação de apenas um mês inviável e onerosa, tanto pelos aspectos administrativos e contábeis internos do Conselho, quanto pela possibilidade de maior vantajosidade nas propostas comerciais atreladas a um período maior.

8.12. Quanto à vigência contratual, na legislação, é clara a necessidade de justificar em termos administrativos e financeiros a pretensão de contratos que extrapolem 12 meses. Neste caso, a contratação de maior vantajosidade é a de natureza continuada por período de 12 meses, mesmo havendo a peculiaridade do objeto..

9. Descrição da Solução Como um Todo

9.1. A prestação de serviço consiste em dois itens básicos, como segue:

9.1.1. Plataforma mobile e/ou web para o clube de benefícios e vantagens do Crea-SC podendo ser personalizada de acordo com os interesses do Conselho;

9.1.2. Gestão e intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC.

10. Resultados Pretendidos

10.1. Gestão e intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC.

10.2. Aumentar receitas a partir da adimplência.

10.3. Relacionamento mais próximo com o profissional motivado em conhecer o que Conselho pode lhe oferecer.

11. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.1. A consultoria será prestada durante 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

13. Providências para Adequação do Ambiente do Órgão

13.1. A consultoria será prestada de forma *online* aos colaboradores do Crea-SC.

14. Possíveis Impactos Ambientais – Critérios e Práticas de Sustentabilidade

14.1. A contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, *in verbis*:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”

14.2. Assim, a contratada deverá seguir, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade da Instrução Normativa nº 1, de 2010. A contratada também pode adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

15. Estimativa do Valor da Contratação

15.1. Conforme documento em anexo, devido o preceitua o artigo 37 do Regulamento de Implementação da Lei de Licitações e Contratos do CREA-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

16. Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade e Razoabilidade da Contratação

16.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é razoável e possui viabilidade de sucesso, nos termos da alínea e, do artigo 15, do Regulamento de Licitações do Crea-SC.

Florianópolis/SC, 02 de Maio de 2025.

Ivan Gabriel Coutinho
Coordenador Administrativo Superintendência

Flávio Schafer
Superintendente

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
Anexo “A”

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

Id	Risco	Relacionado ao(à): ¹	P ²	I ³	Nível de Risco (P x I) ⁴
R01	Alteração do escopo dos serviços a serem contratados	Planejamento da Contratação	5	10	50
R02	Falta de clareza pelo requisitante quanto aos serviços e atividades a serem executados	Planejamento da Contratação	10	15	150
R03	Atraso no processo administrativo de contratação	Planejamento da Contratação	10	10	100
R04	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações	Seleção do Fornecedor	0	10	Não se aplica
R05	Estimativa de preço em desacordo com os valores praticados pelo mercado	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R06	Disputa de preço resulta sem vencedor habilitado e/ou deserta	Seleção do Fornecedor	0	5	Não se aplica
R07	Ausência de dotação orçamentária para execução do contrato	Gestão Contratual	5	10	50
R08	Serviço prestado de forma inadequada, insatisfatória e/ou ineficiente	Gestão Contratual	10	15	150

Tabela 5: Lista de Riscos e suas relações às áreas.

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ **A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.**

² **Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou**

subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos

(ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).

³ **Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).**

⁴ **Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, item 2.23 e IN SGD/ME nº 1, de 2019, art. 2º, inciso XIII).**

II - AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Nesta seção será explanado os riscos do processo de contratação (planejamento, seleção de fornecedores e gestão do contrato), ou qualquer outro risco relevante relacionado à contratação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho – Coordenador Executivo da Superintendência, Matricula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer – Superintendente, Matricula: 599.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

Para o tratamento de riscos, as seguintes opções podem ser selecionadas: evitar, reduzir ou mitigar, transferir ou compartilhar, e aceitar ou tolerar o risco.

A seguir são apresentados os riscos e seus respectivos tratamentos e/ou ações preventivas para evitar a ocorrência deles:

RISCO 01 – ALTERAÇÃO DO ESCOPO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS		
Fase de Análise:	Planejamento da Contratação	
Probabilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Dano:	Atraso no procedimento de contratação em vista das novas especificações.	
Tratamento:	Reduzir	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar amplo estudo e pesquisa de mercado com empresas que possuam expertise na execução de tais serviços buscados.	Superintendência
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Superintendência
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar alterações mínimas e pontuais a fim de garantir que não gerem um eventual risco de impugnação.	DA/ Superintendência

RISCO 02 – FALTA DE CLAREZA PELO REQUISITANTE QUANTO AOS SERVIÇOS E ATIVIDADES A SEREM EXECUTADOS		
Fase de Análise:	Planejamento da Contratação	
Probabilidade:	Média	
Impacto:	Alta	
Dano 1:	Possível interferência na qualidade do serviço entregue.	
Dano 2:	Disputa de preços deserta.	
Tratamento:	Mitigar	
Id	Ação Preventiva	Responsável

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendência, Matrícula: 359.

02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

1	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Superintendência
2	Dar ampla publicidade ao edital.	DA/DCF
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Esclarecer dúvidas e incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo de disputa de preço.	Pregoeiro e Superintendência

RISCO 03 – ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO		
Fase de Análise:	Planejamento da Contratação	
Probabilidade:	Média	
Impacto:	Médio	
Dano 1:	Atraso no procedimento de contratação.	
Dano 2:	Atraso na execução das atividades de levantamento de requisitos da contratação.	
Dano 3:	Atraso na elaboração de novos projetos técnicos e termos de referência para contratações futuras.	
Tratamento:	Reduzir	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar o ETP e elaborar o TR com tempo suficiente para a tramitação do processo, obedecendo todos os prazos legais.	Superintendência
2	Monitorar o andamento do processo junto às áreas, de acordo com cada etapa de execução do mesmo.	Superintendência
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Acompanhar o andamento do processo cobrando as áreas responsáveis por cada etapa, caso haja uma extrapolação do prazo estipulado do exercício daquela atividade pela área que o processo estiver estagnado.	Superintendência

RISCO 04 – ATRASO OU SUSPENSÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO EM FACE DE IMPUGNAÇÕES	
Fase de Análise:	Seleção do Fornecedor
Probabilidade:	Não se aplica
Impacto:	Não se aplica
Dano 1:	Atraso no procedimento de contratação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendência, Matrícula: 359.
02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Dano 2:	Impugnação do Processo de contratação.	
Tratamento:	Mitigar	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Análise pormenorizada do item e serviços exigidos na contratação, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	Superintendência
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Superintendência
3	Realizar amplo estudo e pesquisa de mercado com empresas que possuam expertise na execução de tais serviços buscados.	Superintendência
4	Observar atentamente as regulamentações na condução do processo.	Pregoeiro
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Tomar as providências necessárias para saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da contratação.	DA/DCF

RISCO 05 – ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESACORDO COM OS VALORES DE MERCADO		
Fase de Análise:	Seleção do Fornecedor	
Probabilidade:	Não se aplica	
Impacto:	Não se aplica	
Dano:	Disputa de preço deserta ou contratação por preço elevado.	
Tratamento:	Reduzir	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar adequada pesquisa de mercado, através da pesquisa de preço por pelo menos 3 (três) fornecedores de serviços similares aos almejados.	Superintendência
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos.	Pregoeiro
2	No caso de licitação deserta, avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação.	Setor Jurídico

RISCO 06 – DISPUTA DE PREÇO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO E/OU DESERTA	
Fase de	Seleção do Fornecedor

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendência, Matrícula: 359.
02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Análise:		
Probabilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Dano:	Atraso no procedimento de contratação.	
Tratamento:	Reduzir	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado.	DA
2	Dar ampla publicidade ao edital.	DA
3	Convocar as empresas que participaram da pesquisa de preço a participarem do processo.	DA
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Averiguar a possibilidade e/ou viabilidade de contratação de empresa ganhadora da pesquisa de preço efetuada anterior a elaboração do processo.	Superintendência, Pregoeiro, Setor Jurídico
2	Revisar exigências do edital e realizar novo processo de contratação.	DA/DCF

RISCO 07 – AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO		
Fase de Análise:	Gestão de Contrato	
Probabilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Dano:	A contratada não receber pelos serviços prestados, prejudicando andamento da execução contratual.	
Tratamento:	Reduzir	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Aprovisionar recursos suficientes para as obrigações contratuais durante o período de vigência.	Departamento Financeiro
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Providenciar complementação de recursos para cumprimento das obrigações contratuais.	Departamento Financeiro

RISCO 08– SERVIÇO PRESTADO DE FORMA INSATISFATÓRIO/DEFICIENTE	
Fase de Análise:	Gestão de Contrato

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendência, Matrícula: 359.
02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Probabilidade:	Média
Impacto:	Alta
Dano 1:	Interferência na qualidade do serviço prestado.
Dano 2:	Descumprimento de cláusulas contratuais.
Dano 3:	Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato.
Tratamento:	Mitigar

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue.	Superintendência
2	Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação.	Superintendência
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas.	Superintendência
2	Abertura de processo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	Superintendência
3	Aplicação de penalidades.	Setor Jurídico, Comissão de PAD e Presidência
4	Convocar segunda colocada para continuidade dos serviços	Pregoeiro

III - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Nesta seção será disponibilizado um espaço para registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos, que poderá conter eventos relevantes relacionados ao gerenciamento de riscos no andamento do projeto:

Data	Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho – Coordenador Executivo da Superintendência, Matrícula: 359.
02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer – Superintendente, Matrícula: 599.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
IV - APROVAÇÃO E ASSINATURA

Ivan Gabriel Coutinho
Coordenador Administrativo Superintendência

Flávio Schafer
Superintendente

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
02/05/2025 as 10:14:08 por Ivan Gabriel Coutinho Coordenador Executivo da Superintendencia, Matricula: 359.
02/05/2025 as 10:27:07 por Flavio Schafer Superintendente, Matricula: 599.